

CAMPINÁPOLIS – ESTADO DE MATO GROSSO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE Lei Federal 8069/90 e Lei Municipal 104/90,181/93 e 1035/13.

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 009/2023.

2º RETIFICAÇÃO DO EDITAL Nº 001/2023 DE ABERTURA DO PROCESSO DE ESCOLHA PARA CANDIDATOS AO CARGO DE CONSELHEIRO TUTELAR QUADRIÊNIO 2024/2028.

A PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO MUNICIPIO DE CAMPINÁPOLIS- MT – CMDCA, JUNTAMENTE COM A COMISSÃO ESPECIAL DO PROCESSO DE ESCOLHA 2023, no uso de suas atribuições legais compulsando à Lei Municipal de nº 1.376 de 09 de março de 2023, referente a infância e juventude, a qual tem reflexo direto e nos termos da Lei Federal n.º 8.069/1990 e art. 227, § 3.º, VI, da Constituição da República, faz publicar o Edital de Convocação para o Processo de Escolha em Data Unificada para membros do Conselho Tutelar, para o quadriênio 2024/2028, aprovado pelo resolução nº 002/2023 do CMDCA local, que dispõem sobre a criação da Comissão Especial de Processo de Escolha dos Conselheiros Tutelares do Município de Campinápolis-MT e,

Onde se lê:

No item 3.0 - DOS REQUISITOS BÁSICOS EXIGIDOS PARA O EXERCÍCIO DA FUNÇÃO DE CONSELHEIRO TUTELAR.

Subitem VIII - além do preenchimento dos requisitos previstos neste artigo, os candidatos deverão submeter-se a uma prova de Língua Portuguesa, Informática Básica e conhecimentos específicos da Lei nº 8.069/90 - ECA, de caráter eliminatório, cujo conteúdo e critério de aprovação serão disciplinados em resolução do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

Leia - se:



CAMPINÁPOLIS – ESTADO DE MATO GROSSO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE Lei Federal 8069/90 e Lei Municipal 104/90,181/93 e 1035/13.

No item 3.0 - DOS REQUISITOS BÁSICOS EXIGIDOS PARA O EXERCÍCIO DA FUNÇÃO DE CONSELHEIRO TUTELAR.

Subitem VIII - além do preenchimento dos requisitos previstos neste artigo, os candidatos deverão submeter-se a uma prova de Língua Portuguesa, Informática Básica e conhecimentos específicos da Lei nº 8.069/90 - ECA, de caráter classificatório, cujo conteúdo e critério de aprovação serão disciplinados em resolução do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

Onde se lê:

No subitem IX- Submeter-se à avaliação psicológica, em caráter eliminatório.

Leia – se:

No subitem IX- Submeter-se à avaliação psicológica, em caráter classificatório.

Campinápolis – MT, 07 de Junho de 2023.

Rosely Campos de Oliveira Moura Presidente do CMDCA

> NÊIDE PIABA BENTO Sec. CMDCA Comissão Especial Portaria nº 143/2023

DANIEL JUNIOR DOS SANTOS Comissão Especial Portaria nº 143/2023

Conselho Municipal de Campinápolis – MT, Fone: (0xx66) 3437 – 1108. Rua: 31 de março nº: 1520-Centro-Campinápolis-MT-CEP: 78.630-000



CAMPINÁPOLIS – ESTADO DE MATO GROSSO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE Lei Federal 8069/90 e Lei Municipal 104/90,181/93 e 1035/13.

KÊNIA CRISTINA BORGES Comissão Especial Portaria nº 143/2023

FERNANDA VIEIRA DE SOUZA MAIA Comissão Especial Portaria nº 143/2023

> VERA LUCIA DOS SANTOS Comissão Especial Portaria nº 143/2023

MARIA ALVES DOS SANTOS Comissão Especial Portaria nº 143/2023

MARILENE CORREA BORGES Comissão Especial Portaria nº 143/2023

AULISMAR FELICIANO ALVES Comissão Especial Portaria nº 143/2023

> MARIA DIVINA COSTA Comissão Especial Portaria nº 143/2023



CAMPINÁPOLIS – ESTADO DE MATO GROSSO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE Lei Federal 8069/90 e Lei Municipal 104/90,181/93 e 1035/13.

